

REFLEXÕES SOBRE O DEBATE DA “NOVA” CLASSE MÉDIA NO BRASIL

REFLECTIONS ON THE DEBATE OF THE "NEW" MIDDLE CLASS IN BRAZIL

Irenildo Costa da Silva¹

<http://lattes.cnpq.br/8341941408787745>

Recebido em 26 de abril de 2019

Aceito em 26 de novembro de 2019

RESUMO: Durante os primeiros anos do século XXI a sociedade brasileira apresentou avanços socioeconômicos, com o acesso de muitos indivíduos e famílias a melhores condições de renda, o que possibilitou a aquisição de bens de consumo materiais e imateriais por milhões de pessoas. Dentro desse contexto, muitas análises, em particular as economicistas, saíram no discurso de que o Brasil havia se tornado um país de classe média, atendendo, assim interpretamos, aos interesses políticos e de mercado. No entanto, no mesmo ponto de largada saíram, por outro lado, outras análises, aqui discutidas as sociológicas, as quais, por sua vez, buscavam mostrar que os números socioeconômicos não representavam uma tão propalada “nova” classe média, mas se tratava apenas do fato de que milhares de brasileiros saíram da extrema condição de vulnerabilidade. O nosso objetivo aqui é perpassar por entre essas duas perspectivas a partir de trabalhos em cada área, na tentativa de identificar e alinhar elementos que sejam recorrentes em cada uma dessas perspectivas, considerados para delimitar os debates em torno do que é a “nova” classe média no Brasil, nos questionando se são adequados em suas delimitações.

Palavras-chave: Classe média. Economia. Sociologia.

ABSTRACT: During the first years of the 21st century, Brazilian society presented socioeconomic advances, with the access of many individuals and families to better income conditions, which enabled the acquisition of material and immaterial consumer goods by millions of people. Within this context, many analyzes, particularly the economists, came out in the discourse that Brazil had become a middle class country, taking into account, we interpret, political and market interests. On the other hand, at the same starting point, other analyzes, on the other hand, discussed sociological questions, which in turn sought to show that socioeconomic numbers did not represent a so-called "new" middle class, but it was only the fact that thousands of Brazilians left the extreme condition of vulnerability. Our objective here is to pass between these two perspectives from works in each area, in an attempt to identify and align elements that are recurrent in each of these perspectives, considered to delimit the debates around what is the "new" class average in Brazil, questioning us if they are adequate in their delimitations.

Keywords: Middle class. Economy. Sociology.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP), com dupla titulação em Geografia na Universidade Nacional da Colômbia (UNAL). Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá, com estágio acadêmico realizado na Universidade de São Paulo. E-mail: irenildo@usp.br

INTRODUÇÃO

Debates calorosos sobre a classe média no Brasil, em particular sobre a “nova” classe média, se intensificaram nos últimos anos nos meios de comunicação (televisão, rádio, internet, entre outros), na política e no âmbito acadêmico. São discussões em que permeia a dificuldade na definição do que seja classe média e quais os critérios centrais que determinam o pertencimento a essa classe. Sob esses desafios vários trabalhos surgiram na busca por alcançar um fio condutor na tentativa de alinhar as muitas interpretações que o tema tem aflorado, tanto na perspectiva sociológica quanto na perspectiva econômica, as quais são consideradas aqui como esferas centrais das análises sobre o tema. O posicionamento dessas duas perspectivas, sendo a primeira mais estrutural e a segunda mais focada nos rendimentos (SALATA, 2015; MATOS, 2019), exige avaliações mais aprofundadas quando o intuito é a geração de resultados mais interessantes, os quais avancem no sentido de refinar as argumentações sobre o que é a “nova” classe média no Brasil, um debate que se configura como inacabado e constante.

Nas análises com ênfase nas questões econômicas dois critérios (objetivos) se apresentam como definidores da classe média, o consumo de bens duráveis e serviços e o crédito bancário (rendimentos), elementos tradicionais para determinar o pertencimento à classe média (POCHMAN, 2014). Por outro lado, para os debates sociológicos esses critérios não se enquadram como suficientes para considerar os indivíduos como pertencentes à classe média, os quais evocam que é preciso considerar outras características e critérios como, por exemplo, categorias ocupacionais e/ou capital cultural e análises de reivindicação de pertencimento ou autopercepção a essa classe (subjetividade), realizadas por meio dos estudos de identidades de classe (SOBRINHO, 2011; SALATA, 2015), para melhores refinamentos nessa discussão.

O que se verifica em vários estudos sobre classe média é o fato de que não existe um consenso entre os próprios economistas e sociólogos quanto aos elementos considerados para delimitar o que é classe média no Brasil, o que pode ser justificado pelos diferentes interesses que estão envolvidos em cada estudo, em particular os econômicos, os quais se colocam consideravelmente atrelados ao atendimento de demandas políticas, sendo no mínimo, segundo Pochman (2012) e Souza (2015), tendenciosos. Também, os desencontros analíticos podem ter relação com a não clareza e dificuldades quanto aos aportes teóricos no que diz respeito à definição do que é classe média no Brasil, e, ainda que esses se estabeleçam contundentes em algumas análises, outra questão se expõe: a dificuldade de operacionalizar os conceitos.

A análise que se pretende estruturar neste artigo se baliza pelo entendimento de que as discussões acerca do que é a “nova” classe média no Brasil, apesar dos intensos debates, não se apresentam ainda sólidas para, pelo menos, aglutinar posições consensuais nas perspectivas econômicas, de um lado, com seus critérios e categorias (aspectos objetivos) (NERI, 2008, 2012; PAULANI, 2012; FOGUEL e ROCHA, 2013), e nas sociológicas, de outro, as quais consideram elementos em que há interação entre os aspectos objetivos e subjetivos nos estudos de estratificação social, em um processo de disputa na formação das classes (SOBRINHO, 2011; SALATA, 2015; SOUZA 2010, 2015, 2018).

Diante do exposto, o objetivo aqui é perpassar por entre essas duas perspectivas a partir da análise de trabalhos em cada área, identificando e alinhando os elementos que sejam re-

correntes em cada uma dessas perspectivas, e considerados para delimitar os debates em torno do que é a “nova” classe média no Brasil, questionando-os se são adequados para tal propósito. O debate teórico de classe média, classes sociais, é fundamental para avançarmos em direção a uma análise que apresente melhor explicativas da realidade brasileira, a qual se encontra, principalmente em termos políticos e econômicos, rodeada por interesses específicos na propagação da ideia de “medianização” da sociedade brasileira, a qual apresentou avanços socioeconômicos, com acesso de muitos indivíduos e famílias a melhores condições de renda na primeira década deste século, um fato que se verificou na América Latina em geral (BARROS et. al., 2010; INSTITUT DES AMÉRIQUES, 2014).

Para a discussão aqui apresentada, considerar-se-á o cenário dos primeiros anos do século XXI até os dias atuais, embora entendamos que os debates sobre classe média ou “nova” classe média no Brasil não começaram com o início deste século, apenas alcançaram outros contornos. Foram esses contornos que geraram grande euforia entre os intelectuais e cientistas políticos, econômicos e sociais para explicar a realidade na qual caminha o Brasil em virtude dos novos cenários econômico-sociais.

A INTERPRETAÇÃO DOS NÚMEROS E DAS CONDIÇÕES SOCIAIS NO BRASIL PÓS-2000

Os novos números econômicos e as estreitas associações destes com a melhoria na condição de vida de muitos brasileiros, alardeada pela mídia, assim como comprovados por institutos de pesquisa de referência no Brasil, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, lançaram subsídios para diversas interpretações acerca do que de fato esses números significavam. Certos interesses por tais análises representavam e representam a visão e perspectivas de um alinhamento que pode extrapolar uma leitura para além do cenário brasileiro, em consonância com a demanda do grande capital para a melhor escolha do local de investimentos; enquanto outros veem a realidade dos novos números como superficiais e insuficientes para caracterizar uma “nova” classe média no Brasil.

Dentro desse contexto e tomando como ponto de partida, consideramos o trabalho do economista Marcelo Neri (2008), *A Nova classe média*, como o estopim para os contornos atuais sobre as discussões de classe média ou, segundo ele, da “nova” classe média no Brasil. A partir deste trabalho, na perspectiva econômica, houve um posicionamento muito intenso de muitos intelectuais, em particular sociólogos, como também políticos, historiadores, filósofos, jornalistas, entre outros, inclusive os próprios economistas, como Pochman (2012, 2014), os quais saíram em resposta para questionar a “tese” na “nova” classe média no Brasil, defendida por Neri.

Neri (2008) adota como critério para definir a classe média somente a renda, com ênfase na renda domiciliar do trabalho. Para quantificar a extensão da classe média Neri utilizou a renda total auferida por todos os membros do domicílio, em uma análise que ocorre no intervalo do ano de 2002 a 2008. A partir da sua metodologia ele definiu as classes sociais em quatro grupos: classe E, com renda no intervalo entre 0 e 768 reais por mês; classe D, com renda entre 768 e 1064; classe C, com renda entre 1064 e 4591 e; classe A e B, com renda superior a 4591 reais por mês. Com isso, Neri chega ao resultado de que 51,89% da população brasileira, em 2008, estava inserida na “nova” classe média, a classe C. O autor define classe C como aqueles que possuem “computador, celular, carro, casa financiada, crédito em

geral e produtivo em particular, contra-própria e empregadores, contribuição previdenciária complementar” e, para além destes, saindo das palavras que não iniciam com a letra “C”, aqueles que têm diploma universitário, escola privada, plano de saúde e seguro de vida (Neri, 2008, p. 39).

O que Neri apresenta e avalia é o cenário otimista pelo qual passou a economia brasileira na primeira década do século XXI, quando ocorreu uma alteração no perfil distributivo da renda no país, alavancado pelo alto índice de emprego e melhora na taxa cambial no período, promovendo o crescimento econômico brasileiro, o que levou cerca de 30 milhões de pessoas, no período, a migrarem das classes D e E para a classe C, marcando o surgimento da assim chamada “nova” classe média (PAULANI, 2012). Essa autora explica que as melhoras nos indicadores sociais, quando o índice de Gini caiu de 0,589 em 2002 para 0,543 em 2009, estiveram associadas ao crescimento do salário mínimo real, o qual elevou-se 53% entre 2003 e 2010, assim como também à maior importância do sistema previdenciário e ao pagamento de benefícios pelo governo.

De acordo com Paulani (2012), esse cenário econômico, durante a gestão do governo de Inácio Lula da Silva, promoveu o acesso de milhões de brasileiros aos benefícios do INSS no valor de um salário mínimo, principalmente com as aposentadorias, rurais e urbanas, assim como o acesso de muitos aos Benefícios de Prestação Continuada - BPC para idosos de baixa renda e portadores de deficiência, constituindo, nas palavras da autora, um “verdadeiro” programa de renda mínima no país. Isso, segundo ela, significou, de maneira direta ou indiretamente, que pelo menos 60 milhões de pessoas das classes mais baixas de renda foram beneficiadas por um crescimento real de seus rendimentos na ordem de 50%. Tal fato, associado ao crescimento econômico e do emprego a partir de 2004, assim como o acesso ao crédito e a larga difusão do expediente do crédito consignado, explica, na visão da autora, o celebrado surgimento da “nova” classe média no Brasil.

As análises estatísticas das melhoras nos indicadores sociais brasileiros acompanham as tendências por demonstrar o rápido crescimento das economias de mercado emergentes no início deste século, em que o entendimento maior é explicitar que milhões de pessoas deixaram a pobreza e entraram na “nova” classe média global, referindo-se, contudo, ao conceito furtivo de classe média, analisando-a restringidamente por meio do poder de consumo, do empreendedorismo e da contribuição desta para a estabilidade da democracia (BIRDSALL, 2013). Com isso, os esforços pela definição de classe média, por parte dos economistas, foram tendentes a utilizar definições com base na renda, ou no consumo, a qual pode ser absoluta (dólar por dia) ou relativa (rendimento médio) (SOLIMANO, 2013). Uma entonação que ganhou aplausos das organizações e mercados internacionais, os quais presenciaram o maior estímulo ao consumo das famílias ditas de classe média.

Caminhando ainda no meio das searas econômicas, outra pilastra que tem sustentado o debate de uma “nova” classe média no Brasil é a ideia em torno da segurança ou estabilidade econômica discutida por Foguel e Rocha (2013), a qual define os integrantes da classe média considerando a baixa probabilidade daqueles de vir a estar ou retornar à condição de pobreza em termos de renda, ou seja, uma pessoa se torna de classe média quando não mais está vulnerável à pobreza (LOPEZ-CALVA e ORTIZ-JUAREZ, 2011). Nessa análise, a renda continua sendo o eixo pragmático para medir a classe média, a qual literalmente é considerada como aquela que está situada no “meio” da distribuição de renda, com o acréscimo, no que se refere ao pertencer a essa classe, do envolvimento de um elevado grau de resiliência da

renda dos indivíduos a choques econômicos (LOPEZ-CALVA, 2013).

Entretanto, as análises sobre a melhoria nos números dos indicadores brasileiros, sedimentadas e sustentadas por visões econômicas como o surgimento de uma “nova” classe média no país, logo foram alvos de trabalhos críticos, os quais contestam a metodologia utilizada por alguns econômicos para validar o pertencimento de pessoas à classe média baseada em critérios de rendimento ou poder de consumo. As críticas questionam as limitações do “economicismo” como insuficiente para descrever e compreender a realidade social em sua inteireza. A validade econômica para nomear uma “nova” classe média no Brasil foi considerada superficial cientificamente pelas contestações de muitos intelectuais.

Entre eles, situamos o trabalho de Jessé Souza (2010), *Os Batalhadores Brasileiros: nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora*, no qual o autor, ao construir uma teoria de classes sociais para o Brasil contemporâneo não se detém somente na dimensão econômica, mas também nas dimensões simbólicas e não econômicas constituintes da reprodução das classes. Souza contrapõe-se à ideia da “nova” classe média no Brasil, adotando uma perspectiva na qual critica todas as versões correntes sobre o termo na sociedade brasileira (SOUZA, 2018). Para ele, as análises centradas na renda não permitem compreender os processos constitutivos das classes sociais e suas fronteiras. Segundo o autor, a renda não é um delimitador de classe, e na discussão de classe sociais é preciso considerar os diversos fluxos entre as dimensões cultural e material. Sua análise parte da economia política, privilegiando as dinâmicas entre as relações de produção e as classes sociais para construção de sua teoria sobre classes no Brasil. Souza reivindica e distingue a condição de classe para os “batalhadores”, os quais pelos critérios de Neri estariam situados na “nova” classe média, o que para Souza não é válido. Para Souza, o que se passa é que os “batalhadores” asseguraram inserção no mundo do trabalho do capitalismo financeiro pela constituição de um conjunto de disposições, o que lhes permitiu pequena incorporação dos capitais impessoais mais importantes da sociedade moderna, capital econômico e capital cultural, com acesso permanente a trabalho, moradia, comida e educação, mas não o afastamento definitivo de situações de vulnerabilidade, afastando-se apenas das mais extremas.

Também, o trabalho de Guilherme Sobrinho (2011), *“Classe C” e sua Alardeada Ascensão: Nova? Classe? Média?*, aborda criticamente a noção de “nova” classe média proposta por Neri e endossada por outros economistas. Sobrinho questiona se a designação “classe” é apropriada no trabalho de Neri, tendo em vista que se baseia apenas no critério de renda familiar, assim como também problematiza a “localização” dessa “coorte” como “média”, e põe em dúvida a sua “novidade”. Sobrinho ressalta que o trabalho de Neri não discute teoricamente o conceito de classe para estabelecer uma definição operacional, o qual não se configura apropriado na sua pesquisa; ressalta também que o termo “média” foi utilizado de forma “distendido” em uma análise de sentido estritamente estatística. Para Sobrinho, o intervalo e a cobertura geográfica das análises feitas por Neri não são suficientes para conclusões de maior fôlego sobre mudanças na estrutura social brasileira, assim como a sua estratificação é arbitrária. Sobrinho argumenta que “a estratificação calcada apenas no critério de renda empobrece a compreensão de importantes dimensões analíticas associadas à classe social, muitas das quais se expressam no recorte ocupacional” (2011, p.75). Como alternativa, Sobrinho se apoia na análise das ocupações dos indivíduos no mercado de trabalho para elaborar sua estratificação.

Outro intelectual que formulou críticas à noção da “nova” classe média discutida por Neri

e outros autores da ala econômica foi Márcio Pochmann (2012), embora também seja economista, em *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social*. Pochmann argumenta que é um disparate afirmar que o Brasil é um país de classe média, contudo, reconhece que de fato houve um processo de ascensão social da classe trabalhadora, a qual apresentou aumento no seu nível de renda e potencial de consumo, mas tal ascensão não configura que os indivíduos dessa classe possam ser pensados como de classe média. Na visão de Pochmann, as análises de Neri estão ancoradas à lógica mercantil, as quais defendem o consumismo e negam a estrutura de classe na qual o capitalismo molda a sociedade. Pochmann analisa o impacto das transformações sociais recentes pela ótica do trabalho em uma perspectiva macro-histórica no período entre a década de 1970 até o ano de 2009. Sua argumentação enfatiza que as políticas públicas na direção por reduzir a pobreza e injetar dinamismo na base da pirâmide social brasileira, realizadas a partir dos anos 2000, foram exitosas. No entanto, as mudanças no padrão de consumo na base da pirâmide social não permite enquadrar os trabalhadores dessa base como sendo de classe média. Para Pochmann, a análise de Neri encontra-se descontextualizada de qualificação analítica e de base empírica consistente, quando, na verdade, os dados concretos mostram de maneira inequívoca o surgimento de uma nova classe trabalhadora brasileira, a qual teve a sua qualidade de vida melhorada.

Por sua vez, André Salata (2015) em seu trabalho *Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe* reconhece que o trabalho de Neri lançou luzes sobre uma grande transformação socioeconômica na sociedade brasileira. No entanto, Salata argumenta que os critérios de Neri (somente a renda), assim como de outros autores (categorias ocupacionais e/ou capitais culturais), não são suficientes para a definição de classe média brasileira. Salata vai além do debate a respeito das vantagens e desvantagens de utilizar diferentes critérios e variáveis para a análise das desigualdades econômico-sociais, aprofundando sua análise por entender como os próprios indivíduos percebem sua posição socioeconômica, investigando se a famosa classe C se identifica, e é reconhecida como classe média no Brasil. O autor chegou ao resultado de que “a maior parte dos brasileiros se identifica como classe baixa (32,6%), seguidos por aqueles que se reconhecem como classe média (24,5%), classe trabalhadora (19,1%), classe média baixa (16,2%), nenhuma classe (6%), classe média alta (1,5%) e, finalmente, classe alta (menos de 1%)” (2015, p.117). O autor revelou que os indivíduos do tipo “C”, os quais foram definidos nos últimos anos como a “nova” classe média brasileira, não se percebem claramente como integrantes da classe média ou reivindicam pertencer a essa classe. A forte e clara identificação com essa classe ocorre somente entre os indivíduos que ocupam posições superiores, o tipo “AB”, o perfil mais abastado da população brasileira, com renda alta, educação universitária, ocupação de prestígio e consumo distinto, características que dificilmente se encaixam no perfil do brasileiro “mediano” proposto por Neri e seus seguidores.

Em continuação, poderíamos citar os argumentos de outros intelectuais que debatem e contestam o surgimento de uma “nova” classe média no Brasil nos últimos anos, mas por questão de limitação de espaço vamos apenas deixar registrado os trabalhos de Scalón e Salata (2012), *Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O Debate a Partir da Perspectiva Sociológica*, o de Cocco (2012), *Nova classe média ou nova composição de classe?* e o de Esteves (2015), *A ideologia da “classe c” como a classe média brasileira*, entre outros.

Para Cocco (2012), o embate contemporâneo sobre a “nova” classe média, em decorrência das transformações socioeconômicas ocorridas no início deste século, trata-se de uma

disputa teórica e política que não diz respeito apenas às políticas públicas atuais, mas ao horizonte das lutas sociais e políticas das próximas décadas. Para esse autor, as transformações podem ser esquematizadas em três grandes grupos de diferentes abordagens. No primeiro, encontram-se aqueles que lançam mão de um dispositivo analítico e discursivo hegemônico, sendo constituído por trabalhos estatísticos que privilegiam a estratificação social atrelada aos níveis de rendimento e consumo, os quais ocuparam uma posição hegemônica nas pesquisas e análises de dados das transformações recentes da estrutura social brasileira, bem como na orientação das políticas sociais do governo em seus diferentes níveis, encontrando um amplo apoio da mídia e de marqueteiros eleitorais que discursam sobre a emergência da “nova” classe média. No segundo grupo, estão aqueles que privilegiam uma abordagem mais próxima do marxismo e visam apreender as estruturas sociais do ponto de vista das relações de produção, sendo um grupo muito mais disperso e heterogêneo quanto ao referencial teórico e ao tipo de pesquisas realizadas, falando da classe dos trabalhadores. Por sua vez, no terceiro grupo estão aqueles que enfocam as dimensões culturais e simbólicas das clivagens de classe, com pesquisas empíricas e reflexões teóricas que se diferenciam das duas primeiras abordagens por afirmar a insuficiência, ao mesmo tempo, das análises em termos de níveis de rendimento e daquelas em termos de inserção nas relações de produção.

Acreditamos que o calor do momento ofuscou muitas das análises acerca da classe média, as quais, em geral, procuraram expor suas contra argumentações à “tese” de Neri (2008, 2010), com o acréscimo de outras variáveis que deveriam se fazer presente quando o assunto se tratasse de identificar quem é a classe média no Brasil, mas sem um aprofundamento teórico e consistente que a temática demanda, não desconsiderando aqui algumas exceções como o trabalho de Souza (2010), repassando o entendimento de que o objetivo de muitos trabalhos consistiu, de maneira direcionada, por responder pontualmente os estudos de Neri, em um contexto em que não são esclarecidas as disputas presentes. Contudo, é de grande relevância a consideração de que falar sobre “nova” classe média no Brasil exige, em primeiro lugar, entender e interpretar os objetivos e interesses que estão envolvidos. As análises realizadas por Neri, tanto em 2008 quanto em 2010, *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*, assim como por outros economistas, estão cercadas por aproximações de interesses políticos e econômicos, as quais se apresentam como um suporte ao período eleitoral nos anos de 2008 e 2010.

Marcelo Neri situava-se como uma figura-chave para os desígnios do governo federal, e suas ideias acerca do desenvolvimento de uma “nova” classe média, com uma base de justificação estatística, agradava a esquerda e a direita do espectro político, pois ele sabia “ler” perfeitamente os números, o que era muito bem visto pelos gestores (KOPPER e DAMO, 2018). No entanto, a “tese” de Neri não se sustentou por muito tempo, passando ele por uma rápida ascensão e queda política. O congelamento e posterior queda dos índices econômicos e de bem-estar, a partir de 2014, fizeram com que os números não dessem mais conta de sustentar as afirmações de Neri. As análises desse autor foram de grande valia para mostrar as mudanças no padrão de consumo na base da pirâmide social, mas as interpretações que deu aos números se direcionavam por atender interesses mercadológicos e políticos, sem embasamento sólido para a conclusão de que tais números fossem traduzidos como o surgimento de uma “nova” classe média no Brasil.

As análises econômicas por demonstrar uma “nova” classe média no Brasil coadunaram-se com as aspirações de muitas pessoas pobres e como objeto de desejo para um governo

forte, assim como para as empresas e a economia que extrapola as fronteiras nacional. As abordagens quantitativas, em termos de formulações políticas, apresentaram-se como aplicáveis e apropriadas para determinados interesses, no entanto, negligenciaram importantes aspectos, especialmente os socioculturais. Nesse sentido, muitas das análises economicistas fracassaram porque a definição de classe média a qual se apoiam não é sólida para sedimentar e estabelecer o desenvolvimento e continuidade de muitos vulneráveis que foram tidos como parte integrante de uma “nova” classe média. Podemos então dizer que os números socioeconômicos brasileiros dos primeiros anos do século XXI foram deslocados para atender, temporariamente, uma demanda específica.

Foi em decorrência disso que a realidade social e econômica da população brasileira no início do século XXI gerou divergências quanto à sua interpretação entre a área econômica e sociológica. Entretanto, tais embates foram importantes e abriram possibilidades para maiores aprofundamentos no que se refere à definição e identificação da classe média no Brasil. Um simples esquema pode ser estruturado quando se considera a perspectiva econômica e sociológica para a definição de classe média. Para a primeira perspectiva, a qual é mais simples, a renda e o poder de compra são as variáveis centrais para identificar a classe média. As análises em tal perspectiva são mais fáceis de serem realizadas, uma vez que as informações sobre rendimentos estão disponíveis em grande parte dos surveys oficiais aplicados em diferentes países, as quais podem ser obtidas com maior facilidade. Por sua vez, na perspectiva sociológica a ênfase na renda e no poder de compra não satisfaz a leitura mais complexa que a análise sobre classe média exige. O rendimento e os capitais materiais e culturais são parte integrante quando se discute classe média, mas não são os únicos. Deve se considerar que os diferenciais de renda e educação expressam expectativas de recompensas materiais e simbólicas conformadas pelos valores institucionalizados no sistema social (BERTONCELO, 2009).

No entanto, diante do consumo massificado, em que até o rico entra na “fila”, referindo-se àqueles que são designados apenas porque possuem grande capital monetário, como se chegar a uma conclusão consistente e sólida com a realidade sobre quem é a classe média no Brasil? Uma aproximação mais teórica se torna indispensável para tal questão.

CLASSE MÉDIA, UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Considera-se o entendimento de que não há uma única e correta definição de classe na literatura, podendo variar de acordo com o tipo de questão e conforme o aparato teórico utilizado (WRIGHT, 2005). E também, entende-se que o conceito de classe média tem suas variações dependendo do contexto da localização das dinâmicas sociais, em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. A discussão sociológica em torno da definição de classe média é complexa, embora não seja recente. Segundo Souza e Lamounier (2010, p. 21), “[...] tentar definir classe média em termos que possam ser aceitos por todos os pesquisadores é cortejar a frustração. Não existe uma definição consensual”. Para Souza (2010), em conformidade com a tradição sociológica, o entendimento sobre classe média estaria associada a uma preocupação com distinção social, a qual se vincularia a determinado estilo de vida e privilégios (SOUZA, 2018), afastando a classe média dos setores populares e a aproximando dos setores dominantes. Assim, pertencer à classe média envolveria um estilo de vida específico, com implicações de ter acesso a recursos raros por meio da posse privilegiada de de-

terminados capitais, em especial o capital cultural. Nessa discussão, duas correntes, em Marx e Weber, servem como principais bases para orientar a definição de classes médias.

Em Marx, encontramos referências quanto aos grupos intermediários na pequena burguesia proprietária ou nos empregados assalariados, supervisores, técnicos, entre outros. Já em Weber, podemos identificar que em quase toda a sua obra esteve atento ao desenvolvimento da autoridade impessoal e racional por meio da formação das burocracias, as quais em grande parte eram responsáveis pelo crescimento da nova classe média na primeira metade do século XX (MILLS, 1951). No campo marxista existe uma grande dificuldade para lidar com as chamadas novas classes médias, pois seus integrantes não são proprietários, mas administradores de negócios, realizadores de trabalhos não manuais, supervisores de trabalhadores ou possuidores de habilidades e status que os distinguem dos demais não proprietários. Marx não fornece uma definição precisa de seu conceito de classe média, embora esteja muito presente na sua obra. Mas, na tradição marxista, o conceito de classe apresenta certas propriedades essenciais, tratando-se de um conceito relacional, pois as classes são sempre definidas no âmbito das relações sociais, e dizem respeito a localizações estáveis e estruturalmente determinadas na esfera das relações sociais de produção (SANTOS, 2018). Na tentativa de dar continuidade à teoria de classes de Marx, autores neomarxistas buscam não só completar a lacuna por uma definição de classe, mas, também, lidar com a crescente complexidade da estrutura de classes das sociedades atuais, mantendo a base da teoria de Marx, a qual se configura na perspectiva do conflito e do antagonismo de interesses intrínsecos às relações de classes no modelo capitalista (SCALON, 1998).

Por sua vez, a teoria weberiana, ao possibilitar que outros fatores além da propriedade delimitem as classes, parece mais adequada para a compreensão dessas camadas intermediárias. Concretamente, os conceitos marxista e weberiano de classe sobrepõem-se, principalmente, à ênfase dada à propriedade como fator central e primário na divisão de classes (SCALON e SALATA, 2012). A Classe, segundo o conceito Weberiano, se define como grupos de pessoas que partilham a mesma posição de classe. A ideia de situação de classe está inscrita em um contexto de oportunidades de vida baseadas nos meios disponíveis para se obter ganhos no âmbito de uma determinada ordem econômica, seja por meio de bens ou de qualificações, em que os grupos de indivíduos estão posicionados na mesma situação de classe. O sociólogo alemão nos ensina que o poder econômico não é idêntico ao poder como tal, porque a ordem social diz respeito à forma pela qual a honra social se distribui numa comunidade. Essa distribuição é fruto do entrelaçamento existente entre a ordem econômica, a ordem social e a ordem política. Mesmo que a ordem social seja condicionada pela ordem econômica, ela produzirá códigos próprios que distinguirão as elites pelos hábitos exclusivos e não apenas pelo poder econômico. Desta forma, apropriação econômica e honra social conjuntamente potencializam o exercício da dominação e a apropriação do excedente e dos fundos públicos (WEBER, 1976).

Outro sociólogo que também é de suma importância considerá-lo quando se discute sobre classe é Pierre Bourdieu (2005), o qual está inserido dentro de um entendimento de que as classes formam um sistema de acordo com suas dependências mútuas, entendendo essas dependências como algo baseado em relações causais no espaço social, em uma perspectiva relacional (GOLDTHORPE, 2009). Nessa perspectiva, as classes são definidas pela relação dos indivíduos com os recursos geradores de renda ou ativos de diversos tipos, que afetam as suas chances de vida. Bourdieu (2008) reconhece o papel que diferentes tipos de capitais

(econômico, cultural, social e outros), em suas diferentes formas (institucionalizado, incorporado), poderiam ter sobre as trajetórias dos indivíduos. Para além do capital econômico, uma das maiores descobertas de Bourdieu (2005, 2008) para a ciência social crítica foi a importância do capital cultural, o qual, para ele, é tudo aquilo que logramos “aprender” e não apenas os títulos escolares (COSTA, 2013).

Para Bourdieu (2005), o conceito de capital refere-se a recursos ou poderes que definem as probabilidades de ganho em um campo determinado. O capital econômico pode ser apreendido em termos de nível de renda, relação com os meios de produção e posses materiais. Já o capital cultural existe sob três formas distintas, mas inter-relacionadas. Sob a forma incorporada, o capital cultural refere-se ao conjunto de disposições necessárias para apropriação dos objetos da “cultura legítima”, adquiridas através da socialização no seio familiar e da educação formal. Como tais disposições são recursos importantes em carreiras educacionais bem-sucedidas, elas geralmente adquirem uma forma institucionalizada, as credenciais educacionais. Além disso, essas disposições são objetivadas através de bens e práticas consumidas em campos sociais diversos, sendo o espaço simbólico o espaço dos estilos de vida, definidos como conjuntos sistemáticos de preferências distintivas que expressam, na lógica específica a cada um dos campos (alimentação, vestuário, arte, linguagem), uma mesma intenção expressiva (BERTONCELO, 2009).

Seguindo essa linha de entendimento e avançando nos debates, Souza (2010), um dos maiores críticos da “tese” da “nova” classe média no Brasil e influenciado pela teoria de Pierre Bourdieu, dentro de uma visão relacional, expande as noções de “chances de vida” e, principalmente, dos “recursos” explicativos da localização dos indivíduos na estrutura das desigualdades (WRIGHT, 2005). Para Souza as classes deveriam ser definidas, acima de tudo, por seu estilo de vida e visão de mundo, ou seja, por suas práticas inconscientes e involuntárias. Segundo esse autor, a “tese” da “nova” classe média brasileira não seria capaz de perceber a gênese sociocultural das classes. Como os indivíduos são produzidos diferencialmente por distintas culturas de classe, compreender esta dimensão se torna imprescindível neste tipo de análise. Souza afirma que não enxergar os fatores não econômicos (culturais, morais, entre outros) da desigualdade impede uma melhor compreensão de sua gênese e reprodução no tempo, o que impossibilita considerar a transferência de valores imateriais (estilo de vida, naturalidade, gostos) na reprodução das classes sociais e seus privilégios (SCALON e SALATA, 2012).

Para Souza (2018), a cegueira da percepção economicista, no que se refere à ideia de classe, reside em literalmente não ver o mais importante, que é a transferência de valores imateriais na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo, transmitidos pela socialização familiar de uma geração para a outra. Reside em não perceber que mesmo nas classes altas, que monopolizam o poder econômico, os filhos só terão a mesma vida privilegiada dos pais se herdarem também o “estilo de vida”, a “naturalidade” para se comportar em reuniões sociais, o que é aprendido desde a tenra idade na própria casa com os amigos e visitas dos pais. Apenas o dinheiro enquanto tal não confere, a quem o possui, aquilo que “distingue” o rico dentre os ricos. Para o caso da ideia de classe média a cegueira da visão redutoramente economicista do mundo é ainda mais visível, pois essa classe social se reproduz pela transmissão afetiva, invisível, imperceptível porque é cotidiana e dentro do universo privado da casa, das precondições que irão permitir aos filhos dessa classe competir, com chances de sucesso, na aquisição e reprodução de capital cultural. O processo de identificação afetiva se dá de modo “natural” e “pré-reflexivo”, sem a mediação da consciência, como quem respira ou anda, e é isso que o torna tanto invisível quanto extremamente eficaz como legitimação do privilégio. É uma

herança imaterial por excelência, a qual não pode ser “universalizada” para todas as classes, em particular, para as inferiores, como se as condições de vida fossem as mesmas para todos (SOUZA, 2010). Assim, se entende que fazer parte da classe média não é um espaço de negócios, não basta apenas a vontade de pertencer e ser reconhecido.

A “NOVA” CLASSE MÉDIA NO BRASIL

O embate teórico dificilmente vai dar conta da compreensão do todo por entender o que seja a classe média no Brasil, mas em muito delinea os debates em torno desta temática. É muito complexo o processo de operacionalização dos conceitos. O fato é que aqueles milhões de pessoas que, segundo Neri (2008, 2010), entraram para a classe “C”, propalada por ele como a “nova” classe média, nada têm de aproximação ou identificação com a classe média segundo a argumentação teórica de Marx, Weber, Bourdieu e Souza. O que se presenciou na primeira década do século XXI foi uma fábula que visou narrar uma história de desenvolvimento e sucesso, a “nova” classe média, a qual foi performada e agenciada enquanto categoria, modelando uma certa percepção acerca dos rumos do país (KOPPER e DAMO, 2018). Por mais que haja variação nos critérios e definições acerca de classe média, a maior parte dos trabalhos apresenta um ponto em comum, em geral, se utiliza a renda e as possibilidades de acesso que esta permite como variáveis para a identificação da classe média.

Se acompanharmos os números apresentados por Neri (2008, 2010) e outros economicistas, chegaremos à conclusão de que muitas pessoas, mais da metade da população brasileira (51,89%), tiveram acesso a bens duráveis e outros serviços, principalmente dentro de um contexto de massificação do consumo, com uma acessibilidade possível por meio do crédito. No entanto, muitas dessas pessoas não se identificam com a classe média (SALATA, 2015), e muitas delas vivem uma vida de instabilidade, no limite, esperando chegar o fim do mês para aliviar um pouco mais das suas dívidas, as quais parecem ser eternas; também, muitas se configuram como uma massa da população que viviam(em) sem garantias, com seus próprios negócios, que afastam-se apenas das situações mais extremas de vulnerabilidade (SOUZA, 2010).

São pessoas que passaram a ter carro, casa financiada, móveis, eletrodomésticos, plano de saúde, acesso a universidade particular, celular, viagens turísticas, créditos em geral, empregados, seguro de vida entre outros, mas são acessos em que a qualidade se coloca como muito inferior para os padrões de um bom carro, uma boa casa, de bons móveis e eletrodomésticos, uma boa universidade particular, boa cobertura do plano de saúde. Enfim, são pessoas que não se enquadram na “essência” de uma classe média, com clareza de estabilidade nas suas práticas de consumo, material e cultural, ou que mantenham ocupações valorizadas e de prestígio e capital cultural. A crise econômica ocorrida em 2014 fez emergir a instabilidade de muitas das pessoas tidas como de classe média, as quais perderam seus postos de trabalho e suas possibilidades de se manterem enquadrados dentro da tão propalada classe “C” ou a “nova” classe média.

Portanto, o Brasil não se tornou um país de classe média ou com uma “nova” classe média. Os números socioeconômicos foram manipulados para atender interesses de mercado e da política. O que temos de fato é um Brasil em que pessoas trabalham 24h para manter suas ambições de consumo, no desejo evocado pela ascensão social, para ter acesso privilegiado a tudo o que a imensa maioria de homens e mulheres mais desejam na vida em sociedade (reconhecimento social, respeito, prestígio, glória, fama, bons carros, belas casas, viagens,

roupas de grife, vinhos, mulheres bonitas, homens poderosos, amigos influentes, etc.), em que não têm conhecimentos de que esses privilégios sociais são indisputados e legitimados da classe média (SOUZA, 2010, 2013, 2018).

É um Brasil em que a tão propalada “nova” classe média por Neri e seus seguidores é formada por microempreendedores que, regra geral, não têm formação e estudo suficientes para prosperar, o que é necessário quando entendemos que o pequeno negócio exige capacidade de gestão e, também, não têm uma boa rede de relacionamentos, o que é de suma importância para a subida na escala social, com participações em sindicatos, partidos políticos, associações, entre outros (LAMOUNIEER, 2010). Ainda, é um Brasil em que os números de acesso a bens duráveis e outros foram(são) possíveis graças ao papel do crédito, com a massificação do consumo, o que levou(tem levado) milhões de pessoas a extrapolar o orçamento familiar, as quais se tornaram(tornam) reféns do acúmulo de dívidas para antecipar suas ambições para o momento presente, dívidas que levarão anos para serem quitadas, o que em muitos casos pode não acontecer.

Enfim, não se pode resumir e identificar a classe média somente em termos quantitativos. Não basta apenas ter bens e acesso a outras oportunidades, é preciso considerar a qualidade de todos esses acessos e a “naturalidade” do modo de vida dos indivíduos e famílias. Ter um carro, uma casa, um diploma superior e muitos outros bens não podem ser interpretados como fatores distintivos, pois ter um carro hoje é muito acessível, sem falar no barateamento de passagens aéreas e pacotes turísticos, também acessíveis a uma grande parte da sociedade, os quais podem ser parcelados pelo ano todo ou mais.

“Não é pela escolaridade, pela renda, pela profissão, pelos gostos de consumo, que eu determino uma classe social. [...] A perspectiva de que dispor de um conjunto de bens de consumo em massa, e dispor de um conjunto de direitos sociais significa mudar de classe, não. Significa que a classe conquistou os seus direitos, o seu lugar”. (CHAUI, 2013, p. 33).

Se há (houve) aumento de consumo, trata-se de um consumo de classes que faz com que a tão propalada “classe C” alcance(alcançasse) um degrau na escala de consumo ao mesmo tempo em que outros, e mais distantes, aparecem. Essa classe consome o que é prescrito para ela e não o que é peculiar às classes superiores, ela limita-se a uma tábua restrita de artigos e à “leitura do cardápio”. A inclusão de artigos que antes não faziam parte da cesta de consumo corrompe a elevação do padrão de vida dessa classe à medida que significam uma “sobrevivência ampliada” ou um “crescimento canceroso”. Essa dita “nova” classe média agrilhoa-se ao consumir cópias, caindo vítima de um “desapossamento de segundo grau” expresso em espumantes que imitam bebidas luxuosas e corino que imita couro. Para essa classe, a indústria do crédito apenas adia a punição mediante a exigência de somente uma parte do pagamento da fatura do cartão, o uso do cheque especial, créditos ofertados em lojas e supermercados, para que outra repressão seja imposta, em que forma-se um tipo ideal de devedor que nunca paga integralmente suas dívidas, transformando as pessoas em uma “raça de devedores eternos”. Reduzem sua cidadania ao consumo e acreditam participar da sociedade por possuir cartão de crédito, não título de eleitor (ESTEVES, 2015). São pessoas que a todo custo alimentam suas ambições e vontades de pertencer ao que não são, mas encontram forças para continuarem sua fugaz corrida nos discursos econômicos, políticos e desejos particulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre o que é a classe média ou a tão propalada “nova” classe média no Brasil, seja das análises a partir da perspectiva econômica ou sociológica, hão de considerar a renda como um dos elementos importantes para a identificação dessa classe, pois é por meio da renda que outras possibilidades são possíveis. Mas, considerar apenas a renda e o poder de compra que esta propicia, para classificar os indivíduos e famílias como pertencentes à classe média, tem sido um fator de muitos debates em várias arenas de discussões, inclusive dentro da própria área econômica. Fato que acontece em decorrência dos diversos interesses, principalmente econômicos e políticos, que estão por trás dos debates sobre a “nova” classe média no Brasil.

Para a perspectiva econômica parece ser mais simples classificar quem são aqueles que fazem parte da classe média no Brasil, reduzindo, embora não seja uma espécie de padrão, suas avaliações a fatores objetivos com a inclusão frágil de elementos subjetivos (imateriais), que muitas das vezes já os consideram como dados no poder de compra. Por outro lado, em posição crítica a algumas abordagens econômicas, identificar os membros da classe média pelo prisma das análises sociológicas é bastante complexo, pois exige análises que vão muito mais além de simples fatores objetivos, em uma discussão que nos leva a apontarmos para uma “essência” de classe média, ou nas palavras de Souza (2018 p.17), para uma “classe média real”, em que não há disputas em um contexto de vagas limitadas, é “natural” de indivíduos e famílias. O indivíduo pode alcançar uma renda alta, com significativo acesso a muitas práticas de consumo, mas não possuir a “essência” da classe média.

Entretanto, acreditamos que os avanços econômicos alcançados por muitos indivíduos e famílias, com acesso a bens materiais e imateriais, possam levar ao consagração de suas gerações, não de imediato, por meio da educação e aprendizagem (rede de relacionamentos, por exemplo), na classe média Brasileira, nos termos dos debates sociológicos. Mas são realidades que poderão apenas ser estudadas em momentos futuros. Enquanto isso, considera-se de suma importância o avanço no aperfeiçoamento dos instrumentos técnicos com os quais se investigam os fenômenos relativos à classe média, assim como o aprofundamento dos debates teóricos. E que esses avanços permitam identificar com maior propriedade e solidez os membros pertencentes a tal classe.

Enfim, que as reflexões expostas sirvam como uma importante contribuição para o debate em curso sobre classe média ou a “nova” classe média no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **“Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil”**. Texto para Discussão, nº 1460, IPEA. Brasília, 2010.
- BERTONCELO, E. R. E. As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*. Nº 67, p. 25-49, 1º sem. São Paulo-SP, 2009. Disponível em <<http://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-67/618-as-classes-na-teoria-sociologica-contemporanea/file>> acessado em junho de 2018.
- BIRDSALL, N. A classe média nos países em desenvolvimento: quem é ela e por que ela importa? In: **Poverty in Focus: sobre a classe média**. Centro internacional de políticas para o crescimento inclusivo. Grupo de pobreza, escritório de políticas para o desenvolvimento do PNUD, nº 26. Brasília-DF, 2013.

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro-RJ, 2005.
- _____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Editora Edusp. São Paulo-SP, 2008.
- CHAUI, M. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Editora Boitempo/Flacso. São Paulo/Rio de Janeiro, 2013.
- COCCO, G. Nova classe média ou nova composição de classe?. In: **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN**, Natal, v.13, n. 1, p. 66-80, jan./jun. 2012.
- COSTA, L. C. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, D. D. (org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro-RJ, 2013. p. 56-68.
- FOGUEL, M.; ROCHA, R. Classe média e vulnerabilidade a flutuações econômicas. In: **Poverty in Focus: sobre a classe média**. Centro internacional de políticas para o crescimento inclusivo. Grupo de pobreza, escritório de políticas para o desenvolvimento do PNUD, nº 26. Brasília-DF, 2013.
- GOLDTHORPE, J.H. Analyzing Social Inequality: a critique of two recent contributions from economics and epidemiology. In: **European Sociological Review**. Vol. 26, nº 06, 2009.
- INSTITUT DES AMÉRIQUES. **Os desafios do desenvolvimento na América Latina: Dinâmicas socioeconômicas e políticas públicas**. À Savoir. Agence Française de Développement. Impresso na França, 2014.
- LAMOUNIEER, B. A nova classe média. In: **Raio X**. Vol. 9, nº2, jul./dez., 2010. Entrevista cedida a Martin Jayo e Simone Biehler Mateos. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/23406/22172>> acessado em junho de 2018.
- LOPEZ-CALVA, L. F.; ORTIZ-JUAREZ, E. **Uma abordagem de vulnerabilidade à definição da classe média**. Documento de Trabalho de Pesquisa sobre Políticas do Banco Mundial Nº 5902, 2011. Disponível em <<https://ssrn.com/abstract=1969761>> acessado em novembro de 2019.
- LOPEZ-CALVA, L. F. Uma nova abordagem econômica para analisar a classe média na América Latina. In: **Poverty in Focus: sobre a classe média**. Centro internacional de políticas para o crescimento inclusivo. Grupo de pobreza, escritório de políticas para o desenvolvimento do PNUD, nº 26. Brasília-DF, 2013.
- KOPPER, M.; DAMO, A. S. A emergência e evanescência da nova classe média brasileira. In: **Horizonte antropológico**. Ano 24, nº 50, p. 335-376, jan./abr. Porto Alegre-RS, 2018.
- MATOS, D. D. **O debate brasileiro sobre a nova classe média: uma revisão bibliográfica**. Observatório das metrópoles. Instituto nacional de ciência e tecnologia. Rio de Janeiro-RJ, 2019. (Texto para discussão 01).
- MILLS, C. W. **White Collar**. New York: Oxford University Press, 1951.
- NERI, M. **A Nova Classe Média**. Centro de Políticas Sociais/FGV Editora. Rio de Janeiro, 2008.
- _____. C. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. FGV/CPS. Rio de Janeiro-RJ, 2010.
- _____. **A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide**. Editora Saraiva. Rio de Janeiro-RJ, 2012.
- PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história. IN: **Boletim de Economia e Política Internacional**. IPEA, 2012.
- POCHMANN, M. **Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. Editora Boitempo. São Paulo-SP, 2012. (coleção Mundo do Trabalho).
- _____. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. 1ª edição. Editora Boitempo. São Paulo-SP, 2015.
- SANTOS, J. A. F. A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin Wright. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Vol. 41, nº 2. Rio de Janeiro-RJ, 1998. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S001152581998000200004>> acessado em junho de 2018.
- SALATA, A. R. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Vol. 58, nº 1, pp. 111 a 149. Rio de Janeiro, 2015.

- SCALON, C.; SALATA, A. “Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O Debate a Partir da Perspectiva Sociológica”. In: **Sociedade e Estado**. Vol. 27, nº 2, p. 387-407, ano 2012.
- SOBRINHO, G. G. F. X. “Classe C” e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?. In: **Indicadores Econômicos FEE**. Vol. 38, nº 4, p. 67-80. Porto Alegre-RS, 2011.
- SOLIMANO, A. Neoliberalismo, globalização e a classe média. In: **Poverty in Focus: sobre a classe média**. Centro internacional de políticas para o crescimento inclusivo. Grupo de pobreza, escritório de políticas para o desenvolvimento do PNUD, nº 26. Brasília-DF, 2013.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora**. Editora UFMG. Belo Horizonte-MG, 2010.
- _____. “Nova classe média” ou “nova classe trabalhadora”? quem são os “batalhadores” brasileiros. In: **Poverty in Focus: sobre a classe média**. Centro internacional de políticas para o crescimento inclusivo. Grupo de pobreza, escritório de políticas para o desenvolvimento do PNUD, nº 26. Brasília-DF, 2013.
- _____. **A tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. Editora Leya. São Paulo-SP, 2015.
- _____. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Editora Estação Brasil. Rio de Janeiro-RJ, 2018.
- SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Editora Elsevier. Rio de Janeiro-RJ, 2010.
- WRIGHT, E. O. If "Class" is the answer, what is the question? In: WRIGHT, E. O. (Edt.). **Approaches to Class Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press. p. 180-192, 2005.
- WEBER, M. “Classe, Status, Partido”. In: VELHO, P.; BERTELLI (Org.). **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. Editora Zahar. Rio de Janeiro-RJ, 1976. p. 61-83